



Revista Geográfica de América Central

ISSN: 1011-484X

revgeo@una.cr

Universidad Nacional

Costa Rica

dos Santos, Renato Emerson
ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS: NOTAS SOBRE FORMAS E USOS DA
REPRESENTAÇÃO ESPACIAL E JOGOS DE PODER
Revista Geográfica de América Central, vol. 2, julio-diciembre, 2011, pp. 1-17
Universidad Nacional
Heredia, Costa Rica

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820262>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS: NOTAS SOBRE FORMAS E USOS DA REPRESENTAÇÃO ESPACIAL E JOGOS DE PODER

Renato Emerson dos Santos¹

Resumen

Iniciativas recentes apontam o surgimento de cartografias com denominações como “novas cartografias sociais”, “cartografias participativas”, “cartografias da ação”, entre outras. Paralelamente, as tecnologias de representação espacial vêm se multiplicando e tornando mais capazes e difundidas, num processo que reúne distintos tipos de usuários e produtores de tecnologia (p. ex, profissionais cartógrafos, geógrafos, e grandes empresas como a Google). Tudo isso dialoga com renovados debates sobre as representações espaciais que acreditamos tensionar a cartografia a partir de três eixos de debate: uso dos mapas como instrumentos em jogos de poder; possibilidades e limites da representação cartográfica (sobretudo, diante da complexidade de jogos políticos); e a denúncia da linguagem ou formação discursiva da cartografia como uma forma de saber-poder em disputa (uma arena). Operamos com a idéia de que estes processos constituem um campo dialógico complexo e múltiplo, que propomos chamar “ativismos cartográficos”. Este campo, marcado por uma reflexividade entre seus constituintes e normas próprias em aberta definição/negociação, para nós tem quatro vetores centrais de emanção de práticas que vêm crescendo e se fortalecendo: 1) o debate acadêmico sobre as representações espaciais; 2) o uso de cartografias como instrumentos de luta; 3) o uso de cartografias como tecnologias sociais de gestão pelo Estado; 4) Cartografias como sistemas de informações, “meio” de comunicação e representação cujo controle é objeto de disputa

Palavras-chave: Cartografias sociais; novas cartografias; movimentos sociais e cartografia.

¹ Prof. Adjunto do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: renatoemerson@hotmail.com

Introdução

Iniciativas recentes apontam o surgimento de cartografias com denominações como “novas cartografias sociais”, “cartografias participativas”, “cartografias da ação”, entre outras. Paralelamente, as tecnologias de representação espacial vêm se multiplicando e tornando mais capazes e difundidas, num processo que reúne distintos tipos de usuários e produtores de tecnologia (p. ex, profissionais cartógrafos, geógrafos, e grandes empresas como a Google).

A Cartografia, enquanto corpo disciplinar acadêmico e científico, tem seu desenvolvimento atrelado ao processo de eurocentramento do mundo, num período histórico conhecido como Modernidade. Seu desenvolvimento foi também, portanto, associado ao estabelecimento de uma ordem e à afirmação de hegemonias em relações de poder, o que a tornou historicamente um instrumento de dominação e controle.

Como nos mostrou, entre outros, Lacoste (1988), a representação cartográfica do espaço sempre foi um trunfo de grupos hegemônicos. O controle do instrumento cartográfico, dos processos de produção e das formas de representação (postulados, concepções, etc.) durante muito tempo despertou pouca atenção de forças e grupos contra-hegemônicos. Isto permitiu que por séculos a cartografia se mantivesse praticamente incólume frente às disputas sociais nas quais ela era um instrumento a serviço de forças dominantes, o que serviu para reforçar um discurso (positivista) de que ela era apenas uma técnica calcada na neutralidade de suas bases. Permitiu também o amplo desenvolvimento de formas de “mentir com os mapas” (Monmonier, 1996).

No período recente, entretanto, um conjunto cada vez maior de experiências vem indicando transformações (ou, ao menos, tendências) no campo da cartografia. Diversas experiências de cartografias vinculadas a movimento sociais vêm mostrando que parece haver algo novo no campo. O “novo” parece ser o uso da cartografia como instrumento de lutas de grupos socialmente desfavorecidos e não apenas um instrumento de dominação, como historicamente foi desenvolvida a Cartografia Moderna. Apontamos, entretanto, que esta dimensão conflituosa do “uso” da cartografia também vem envolvendo transformações no próprio “objeto” cartográfico, e no “processo” de produção deste objeto.

Processo, objeto e uso cartográfico são três dimensões da cartografia que vêm sendo tensionadas por e a partir de jogos de poder. Diversos atores vêm se inserindo em

disputas que articulam cartografias e relações de poder onde o que está em jogo pode ser, por exemplo, o controle do território, de propriedade, de comportamentos e relações sociais, de processos políticos ou, das próprias formas e instrumentos de representação.

A valorização política e analítica da dimensão espacial de fenômenos, processos, objetos e atores transforma os instrumentos de representação espacial cada vez mais no centro de disputas de poder. Esta valorização do espaço é que faz com que a cartografia cada vez mais se cruze com jogos e disputas, ou, ela própria se torne objeto de disputa.

Tudo isso dialoga com renovados debates sobre as representações espaciais que acreditamos tensionar a cartografia a partir de três eixos de debate: uso dos mapas como instrumentos em jogos de poder; possibilidades e limites da representação cartográfica (sobretudo, diante da complexidade de jogos políticos); e a denúncia da linguagem ou formação discursiva da cartografia como uma forma de saber-poder em disputa (uma arena). Operamos com a idéia de que estes processos constituem um campo dialógico complexo e múltiplo, que propomos chamar “ativismos cartográficos”. Este campo, marcado por uma reflexividade entre seus constituintes e normas próprias em aberta definição/negociação, para nós tem quatro vetores centrais de emanção de práticas que vêm crescendo e se fortalecendo: 1) o debate acadêmico sobre as representações espaciais; 2) o uso de cartografias como instrumentos de luta; 3) o uso de cartografias como tecnologias sociais de gestão pelo Estado; 4) Cartografias como sistemas de informações, “meio” de comunicação e representação cujo controle é objeto de disputa. Sem a pretensão de esgotar o debate, trazemos aqui alguns exemplos de ações nestas disputas².

Novos atores na cena cartográfica

O campo da cartografia vem sendo tensionado por (e, em) diversos sentidos. Tomemos alguns exemplos em curso, no Brasil e em outras partes do mundo, que provocam nossa reflexão. Um primeiro fenômeno é o uso crescente de objetos cartográficos como instrumento de luta por movimentos e articulações de movimentos sociais. Os objetos cartográficos vêm sendo utilizados como leituras (sociais) do

² Nos valem aqui das análises que realizamos no relatório da pesquisa “Cartografagens da Ação e dos Conflitos Sociais: análise comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer político”, coordenado por nós e apoiado pela FAPERJ. Neste, coletamos e analisamos 34 experiências de cartografias relacionadas a lutas, movimentos sociais e disputas sociais e cartográficas.

território que são confrontadas às leituras oficiais e/ou de atores hegemônicos, mas também como instrumentos de (fortalecimento de) identidade social e de articulações políticas – ou seja, na sua plenitude de instrumento de representação que exprime a realidade (segundo pontos de vista, posições definidas) e também ajuda a construir a própria realidade.

Estes usos cartográficos podem ser exemplificados com o caso do “Mapa dos Conflitos Socioambientais da Amazônia Legal: Degradação ambiental, desigualdades sociais e injustiças ambientais vivenciadas pelos Povos da Amazônia”, central na campanha “Na Floresta Tem Direitos: Justiça Ambiental na Amazônia” uma iniciativa de movimentos sociais, entidades, ONGs e redes da Amazônia. O mapa foi elaborado sob responsabilidade técnica da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional)³, através de uma metodologia participativa: foram coletadas informações fornecidas pelos próprios movimentos, em encontros e eventos, coleta executada em grande medida através da exposição de mapas impressos aos participantes e lideranças dos movimentos que, nele, indicavam os conflitos vivenciados e suas localizações – indicavam e qualificavam, na verdade, os conflitos socioambientais, apontando as atividades e práticas que causam tal degradação, sua localização e os atores aí envolvidos. Abrangendo toda a Amazônia Legal, o Mapa foi utilizado como um instrumento de denúncia e pressão junto ao Ministério Público Federal e outras autoridades competentes, e também para a articulação de organizações, entidades, movimentos sociais na luta por alternativas locais que assegurem o desenvolvimento da Amazônia com justiça ambiental e garantia dos direitos humanos.

O Mapa opera com uma classificação dos conflitos por agenda, do que são definidas 14 modalidades: Recursos Hídricos; Queimada e/ou Incêndios Provocados; Pesca e/ou Caça Predatória; Extração Predatória de Recursos Naturais; Desmatamento; Garimpo; Pecuária; Monocultivo; Extração Madeira; Grandes Projetos; Regularização Fundiária; Ordenamento Territorial; Violência Física Declarada; Moradia. Foram identificados 675 focos de conflitos socioambientais por todo o território da Amazônia Legal que, tipificados e associados cada qual a um símbolo, têm a sua espacialização (e,

³ As informações a seguir, bem como o Mapa, foram extraídos da página de internet da FASE, endereço http://www.fase.org.br/noar/anexos/acervo/2_mapa_conflito_amazonia (consulta realizada em 20/09/2006).

conseqüentemente, identificados os focos de concentração) expressa no mapa. Outro aspecto interessante do Mapa é o conjunto de objetivos elencados como motivadores para sua confecção, que denotam as decisões estratégicas tomadas em torno dele: “(i) dar visibilidade aos conflitos socioambientais na região; (ii) ser instrumento de pressão e denúncia; (iii) auxiliar no diagnóstico local, desmistificando o que tem sido chamado por ‘desenvolvimento e progresso’ para a Amazônia; (iv) caráter educativo no sentido de possibilitar a organização e mobilização; (v) viabilizar o diálogo com dados oficiais; (vi) contribuir no planejamento das ações das organizações populares, indicando caminhos estratégicos e alianças/parcerias”.

A estes, agrega-se um aspecto concernente à própria forma como o mapa é construído: a metodologia participativa, “onde os próprios sujeitos coletivos, que conhecem e vivenciam os impactos negativos das atividades degradadoras existentes em suas localidades, identificam os conflitos e constroem o mapeamento”. Isto constitui-se, cabalmente, num aprendizado da operação de referências espaciais no pensar e no fazer da sua experiência de luta: ao indicarem sobre um mapa os conflitos vivenciados, sua localização, quais são as “agressões” e os sujeitos coletivos envolvidos, os participantes estão aprendendo e apreendendo novas formas de pensar para agir, o pensar *no espaço*, e o pensar *com o espaço*.

Neste caso, o objeto cartográfico é instrumento de identidade e articulação, e também de disputa nas leituras e representações da realidade que servem de base para tomadas de decisão e ações. Tal quadro também aparece em recentes iniciativas de mapeamento de casas de religiões africanas, que vem sendo realizados, por exemplo, no Rio de Janeiro e em Salvador. Resultado da luta de setores do Movimento Negro Brasileiro contra a intolerância religiosa, através do levantamento e visibilização das casas religiosas que o mapa promove, no Rio de Janeiro o mapeamento vem sendo realizado através de parceria entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR, do Governo Federal, que é conhecida como o “ministério da igualdade racial”), a PUC-Rio de Janeiro e movimentos sociais anti-racismo, e em Salvador pela Prefeitura e o Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA, com recursos da SEPPIR e da Fundação Cultural Palmares.

O ponto de partida para a elaboração do mapeamento é a constatação e reivindicação dos movimentos sociais sobre a invisibilidade das religiões afro-

brasileiras nos cadastros oficiais – que aparece como uma dimensão institucional da negação da herança africana pelo Estado Brasileiro, o que ao longo da história já assumiu a forma da perseguição policial, fechamento de casas e mesmo assassinatos de praticantes, e hoje aparece na forma do desconhecimento que este mesmo Estado sustenta em relação a estes grupos, muitos então colocados na condição de ilegalidade por conta desta violência espiritual, religiosa e epistêmico-cultural.

A ausência de informações sobre estas religiões nos formulários censitários, que só foi revertida no Censo 2010, impossibilitava reivindicações de ações do Estado em relação aos praticantes destas religiões. Esta falta de informações sistemáticas e reconhecidas, ao contribuir para a invisibilidade destas religiões, concedia terreno para a reprodução de violências e perseguições às religiões de matriz africana, que vêm se avolumando nos últimos anos no Brasil recentemente. A cartografia neste caso é, portanto, um instrumento de reconhecimento estatal dos grupos envolvidos, instrumento de fortalecimento de articulações e identidades, e também uma ferramenta para a promoção de políticas públicas.

Estas dimensões aparecem também numa série de iniciativas de mapeamento participativo nucleadas pelo projeto “Nova Cartografia Social da Amazônia”, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, vinculado ao PPGSCA/UFAM (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia), financiado pela Fundação Ford e que já gerou quase duas centenas de fascículos resultantes de oficinas de mapeamento participativo. Trata-se de uma cartografia elaborada pelos próprios grupos sociais que ela representa no mapa, um processo no qual membros de um determinado grupo registram quem são, onde e como vivem. O que se busca, portanto, não é mapear os grupos, mas sim, permitir aos grupos que eles próprios se mapeiem, e este processo de (auto) mapeamento é denominado, segundo o próprio núcleo, de “mapeamento situacional”.

Este processo de mapeamento traz nítida influência do pensamento situacionista, que pregava o combate à alienação produzida pela sociedade capitalista através da valorização das visões dos indivíduos que vivem as relações. Com isto, buscava-se romper com a passividade inerente à “sociedade do espetáculo” (Debord, 2003), dentro da qual indivíduos e grupos desfavorecidos são transformados em espectadores e

participantes passivos diante de um roteiro sobre o qual não tem qualquer poder de influência.

A partir desta influência, cartografia do PNCSA vai valorizar as visões da realidade daqueles que a vivem mas são destituídos de fala na construção das representações hegemônicas. Como esta matriz combate a fixidez na compreensão da realidade (sobretudo, das matrizes estruturalistas e funcionalistas), a cartografia situacional vai se propor também uma representação transitória e parcial de uma realidade – como afirma Alfredo Wagner, o mesmo grupo pode num outro momento refazer um mapa e gerar um produto cartográfico completamente diferente. A valorização de identidades inerente à construção dos mapas enquanto representações ganha, desta maneira, um componente centralmente político, pois é na vivência de conflitos, interlocuções, embates e articulações que são engendrados os esforços mobilizatórios de ação coletiva que constituem os grupos que se põem em processo cartográfico. Cada mapa produzido trata-se, portanto, de uma leitura contextualizada da realidade.

O PNCSA é, sem dúvida, a maior articulação de experiências de mapeamento participativo no Brasil e na América Latina. É, para nossa análise, um grupo nucleador de experiências sociais de mapeamento, que difunde objetos cartográficos para a luta e também difunde um modelo de construção de representações cartográficas. Para os grupos (auto) mapeados, esta ação constrói um instrumento útil em suas lutas, além de transmitir aprendizados sobre como elaborar (participativamente) um mapa e sobre como raciocinar através do espaço sobre suas problemáticas e lutas. Mas, esta difusão de um “modelo” de construção de representações configura uma forma distinta de “ativismo cartográfico” do núcleo.

Todas estas experiências que acabamos de analisar têm, em maior ou menor grau, um tensionamento em relação ao objeto cartográfico, ao seu uso e, sobretudo no caso do PNCSA, ao processo de produção cartográfica. Elas têm também em comum o fato de que em sua maioria um dos interlocutores fundamentais é o Estado. Mas, se de um lado elas nos mostram que vem se fortalecendo uma crítica à(s) cartografia(s) oficial(s), de outro elas na verdade nos chamam a atenção para um olhar sobre como o Estado vem reagindo neste debate sobre objetos, usos e processos de produção cartográfica. E, neste sentido, o Estado se revela fundamentalmente uma complexa e

múltipla “arena”, muito mais do que um ator. Com efeito, verificam-se diversas formas de “reação” do Estado às disputas em curso no plano da produção cartográfica. Uma delas é a reação negativa: nas tramas de poder em que atores contra-hegemônicos se utilizam de instrumentos cartográficos, o setor do Estado diretamente envolvido pode adotar a negação, a desqualificação, ou a ignorância olímpica em relação àquilo que é trazido pelos movimentos na forma da representação cartográfica. Entretanto, o que nos chama mais atenção é o fato de que, dentro do próprio Estado, de maneiras ambíguas, multilocalizadas e contraditórias, também há variados graus de permeabilidade a processos e objetos cartográficos assemelhados àqueles que nucleiam a convergência entre cartografia e lutas sociais.

Políticas públicas recentes começam a incorporar processos de mapeamentos participativos. Este não é um processo linear, unidirecional, e nem isento de contradições. Ele envolve, na verdade, múltiplas dimensões: incorporação da participação de grupos que são chamados de “público alvo” em processos de formulação e/ou execução de políticas públicas – ou, quase sempre, em partes bem definidas destes processos, e com restrita capacidade de decisão e interferência; incorporação de elementos, linguagens e visões de mundo tradicionalmente excluídos de cartografias oficiais – o que envolve diálogos interculturais em alguns processos.

Um exemplo de política pública que incorpora mapeamentos participativos é o Projeto Maplan (também chamado de Projeto Mapear), uma parceria do Governo do Estado do Ceará com a Universidade do Arizona, para a elaboração de diagnósticos participativos como ferramentas para o planejamento do desenvolvimento local. A previsão era de realização dos trabalhos em 14 municípios, mas, pelas informações disponíveis, podemos afirmar sua execução em 8. Os municípios foram escolhidos a partir da gravidade de seu quadro social, medido pelos índices de desenvolvimento humano e condições precárias da população local.

A abordagem do trabalho parte do entendimento de que o processo de planejamento local deve, obrigatoriamente, incluir a opinião das populações que porventura sofrerão a intervenção de políticas públicas. Foram escolhidas regiões no interior do Ceará, que dentre outros problemas sofrem com a fome e a seca. Os idealizadores do projeto acreditam que os residentes das comunidades possuem um entendimento próprio sobre inúmeros fatores que oferecem desafios frente ao processo

de desenvolvimento da sua região. Além disso, há um consenso geral sobre a necessidade de estimular uma prática de planejamento local que tenha como base a participação ativa das comunidades em todo o processo. O nível de participação almejado deveria abranger tanto a definição e descrição da problemática local, quanto a discussão em torno das metas prioritárias e a própria elaboração dos planos. Enquanto tecnologia de gestão social, o diagnóstico participativo serviria como instrumento para a descentralização da execução das políticas, e este Projeto ofereceria então uma ferramenta inovadora de diagnóstico participativo que pode subsidiar e estimular um processo de desenvolvimento local.

É neste sentido que os mapas são usados: “para promover as discussões de grupo, para auxiliar a identificação de condicionantes e potencialidades nas comunidades do interior, e para discutir sobre as metas de desenvolvimento das populações”. Ressalta-se que todas as informações contidas nos mapas são fornecidas pelos próprios residentes. Os mapeamentos são, portanto, “instâncias de construção coletiva e participação aberta”, que permitem conhecer a realidade através das memórias cotidianas de indivíduos que convergem para um mesmo espaço horizontal. O diagnóstico participativo aparece, na perspectiva indicada, como (i) um instrumento de valorização da voz e da fala de grupos desfavorecidos, portanto, um instrumento de equilibragem democrática e (ii) um instrumento de enquadramento desta fala em formatos (ou, meios) válidos de conhecimento – e, com isto, torna-se também paradoxalmente um instrumento de desqualificação das falas que não se encontram enquadradas neste mesmo formato, como as próprias formas de expressão dos grupos a quem se pretende dar voz. Torna-se, portanto, uma tecnologia de gestão social que, se no discurso (e, por que não, também na prática) é instrumento de fortalecimento e luta de grupos, também é instrumento de desqualificação de outras falas e expressões dos mesmos grupos.

Dentro deste paradoxo, opera-se da junção das técnicas de Sistema de Informações Geográficas Participativo, conhecido como SIG Participativo, dos métodos de Diagnóstico Participativo, e de um cuidadoso arranjo pluri-institucional que garanta a utilidade do processo para fins de planejamento. Este arranjo é que na verdade permite participação com controle das relações de poder envolvidas no processo de construção da política pública, limitando a capacidade (ou, o poder) dos grupos não-hegemônicos.

Estes paradoxos vêm aparecendo também em processos de reconhecimento territorial baseado em pertencimento étnico e cultural, como com populações indígenas e quilombolas no Brasil e em outros países da América Latina. Correia (2007) analisa estes dilemas, realçados quando ainda se desenrolam num quadro de diálogo/conflito intercultural, em casos de reconhecimento de terras indígenas no Acre. Mostra em casos empíricos aquilo que analisa Hale (2002) que associa as práticas participativas de mapeamento à emergência de políticas baseadas no multiculturalismo, afirmando a existência de um “multiculturalismo neoliberal”, um paradigma de políticas estatais inserido na onda neoliberal que opera direitos culturais e à diferença, mas de caráter essencialmente conservador. Acsehrad (2010) vai apontar “diferentes apropriações das práticas de mapeamento com inclusão de populações locais, ora por desenvolvimentistas ‘participacionistas’, ora por ambientalistas ou por agentes das políticas da diferença cultural e territorial” (pg. 23). Em meio a estas disputas de paradigmas (e, evidentemente, envolvidas nelas) estão os grupos desfavorecidos, diante de novos processos de modernização e neocolonização chamados de “participativos”.

A participação é um procedimento que vem se consolidando como um princípio na execução de políticas públicas – e isto se dá de maneira essencialmente paradoxal. Nas últimas décadas, diferentes núcleos sociais de enunciação vem problematizando, reivindicando, difundindo e criando canais e mecanismos de participação – de diferentes matizes ideológicos. Estes canais e mecanismos são engendrados na tensão entre os limites das formas de democracia representativa (que,) e democracia participativa (que, em sociedades capitalistas, onde a prioridade. Avritzer e Santos (2003), discutindo a idéia e experiências democráticas em alguns países selecionados, dialogam com a idéia de que a chamada democracia representativa historicamente, além dos representantes delegados com mandatos, gerou também uma poderosa burocracia, ou, tecnoburocracia, responsável por definir prioridades e tomar decisões, que iam então se afastando do próprio povo. Para nossa discussão, podemos inserir também os técnicos mapeadores dentro desta burocracia: são aqueles que têm o poder de definir critérios de verdade (o que é plotado no mapa, e o que não é) que servem de base para tomadas de decisão. Este afastamento do anseio de grupos não representados no Estado fortalece a crítica e a proposição de canais orientados para o incremento da participação direta. É nesta seara que emergem práticas e formatos institucionais voltados para uma concepção

participativa de democracia, o que será marcado por profundas tensões. As práticas e instituições de participação criados no bojo destes processos são a resultante possível entre a diretriz de equilíbrio democrático – conferindo a grupos minoritários (ou, dominados) possibilidade de influir em processos decisórios – e o risco (evitado pelos grupos dirigentes) de que novos modelos democráticos ameacem interesses hegemônicos.

A disseminação crescente de cartografias participativas no período recente deve ser analisada à luz destas contradições. Elas vêm emergindo como instrumentos de luta de grupos historicamente excluídos de processos de representação e tomada de decisão, mas, ao mesmo tempo, aparecem como tecnologia de gestão em diferentes processos de planejamento estatal, e nem sempre beneficiando a real democratização do acesso a recursos.

A relação entre cartografias e lutas sociais está profundamente mergulhada nesta bifurcação - instrumento de dominação versus instrumento de luta de grupos desfavorecidos. Ela transforma o próprio processo de desenvolvimento das técnicas e tecnologias cartográficas em objeto de disputa. Com efeito, uma outra forma de “ativismo cartográfico” que vem se desenvolvendo é exatamente a disputa na criação, difusão e hegemonia sobre os meios, formas e instrumentos de produção cartográfica. Já comentamos este ativismo como algo inerente ao trabalho do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Entretanto, há muitos outros atores que disputam a construção de instrumentos tecnológicos (como softwares, programas, ambientes, instrumentos como GPS, etc.) e também de procedimentos (criando, p. ex., manuais para mapeamentos participativos) para as cartografias participativas. Vejamos alguns exemplos.

Uma das maiores articulações de fazedores de mapas participativos do mundo é aquela nucleada em torno do IAPAD/PPGIS/Mapping for Change. IAPAD Participatory Avenues (Integrated Approaches to Participatory Development) é uma página na internet (www.iapad.org⁴), criada em 2000, para compartilhamento de conhecimento sobre mapeamento comunitário (community mapping). PPGIS (Open Forum for Participatory Geographic Information Management and Communication) é outra página

⁴ Merece destaque, nesta página, uma extensa bibliografia disponibilizada, organizada por ano de publicação, com mais de mil textos entre artigos, teses, livros, trabalhos de congressos, etc., sobre mapeamento participativo (experiências, problematizações, políticas públicas, etc.) em todos os continentes – e, nas línguas originais de escrita dos textos.

(www.ppgis.net), um fórum de executores de mapeamento participativo baseado em GIS, que reúne técnicos de todos os continentes. Ambas as iniciativas foram criadas pelo mesmo técnico, o italiano Giacomo Rambaldi. Especialista em mapeamento comunitário em países em desenvolvimento desde a década de 1980, Rambaldi trabalha no Centro Técnico para Agricultura e Cooperação rural, na Holanda, ligado à União Européia. Dentre suas parcerias, está o IIED (International Institute for Environment and Development), uma agência de cooperação inglesa. Entre as linhas de trabalho do IIED, está a “governança”, o que contempla também desenvolvimento e difusão de tecnologias sociais baseadas na participação. Neste bojo, aparece a dimensão do mapeamento participativo.

O trabalho de articulação, atraindo outros pesquisadores e executores de mapeamento participativo em países em desenvolvimento e subdesenvolvidos culminou na realização, em 2005, em Nairóbi no Quênia, da “Mapping for Change International Conference on Participatory Spatial Information Management and Communication”, uma reunião com técnicos apresentando experiências em vários continentes. No ano de 2008, a articulação promoveu um novo encontro na sede do CTA, na Holanda. Neste, o objetivo foi dar cabo de um dos objetivos delineados na conferência de Nairóbi, que era gerar um “kit” modelo para práticas de mapeamento participativo. A partir da constatação da diversidade de procedimentos adotados nas diferentes experiências apresentadas na primeira conferência, com acertos e desafios a serem compartilhados, alguns dos participantes indicaram a necessidade de uma síntese dos desafios e soluções em práticas de mapeamento. Questões como quais as soluções tecnológicas para cada mapeamento; definição e estabelecimento de relações entre os técnicos e os grupos sociais mapeados; propriedade e uso da informação sistematizada no objeto cartográfico; estes eram alguns dos desafios enfrentados nas práticas que, na primeira conferência, apareceram com múltiplos caminhos de enfrentamento. Um kit modelo poderia oferecer, para o praticante do mapeamento participativo, conjuntos de soluções para cada um dos desafios apontados.

Todas estas iniciativas (as páginas para compartilhamento de ferramentas, a conferência, a revista e outras publicações, o kit, etc.) são voltadas para o desenvolvimento e a difusão do mapeamento participativo. Este é, portanto, o cerne do ativismo cartográfico desempenhado por esta (ou, nesta) rede. Mas, a Mapping for

Change e o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia não são os únicos atores (atores-rede ou rede de atores) a propor e disputar a forma de construção de mapeamentos participativos. Dentre diversos outros, podemos também citar a Asociación de Proyectos Comunitarios (APC), uma entidade sem fins lucrativos que atua com fortalecimento de processos organizativos comunitários, dando assessoria para formação de lideranças de outras entidades, no Pacífico Sul Colombiano, no vale do Rio Cauca. Uma de suas principais atividades é a formação para a cartografia participativa.

A APC trabalha articulada a um conjunto de entidades de camponeses, afrodescendentes, indígenas e populações urbanas, o que tem relação com marcos multiculturalistas. Com efeito, ela indica como seus princípios fundamentais a equidade de gênero; inclusão social, econômica e política; respeito à diferença; multiculturalidade e interculturalidade; a convivência comunitária; e a autonomia. Opera com processos formativos em três linhas fundamentais: formação intercultural comunitária; autonomia, território e produção; e gestão para o desenvolvimento comunitário. A entidade foi formada em 1992, mas, um marco importante para o nosso debate foi a realização, em 2005, do curso "Fortalecimiento de las Organizaciones pertenecientes a la Asociación de Proyectos Comunitarios A.P.C.", no qual foram publicados 8 módulos de trabalho e estudo, espécies de apostilas para a formação. A primeira apostila, numerada como "Módulo 0", tinha o título de "Território e Cartografia Social", onde se trabalhava um diálogo intercultural com base no mapeamento participativo.

A experiência da APC tem como objetivo formar lideranças para o diálogo com o Estado. É, neste sentido, um ator dentro de um paradigma de diálogo entre Estado e sociedade civil que, a partir do compartilhamento de responsabilidades (mas, quase nunca, dos recursos), molda o perfil das lideranças dos movimentos sociais. Contraditoriamente, este processo é constituído através da concessão de direitos aos grupos e do reconhecimento de matrizes culturais marcadas pela diversidade. Cabe também ressaltar que esta sociodiversidade tem um papel fundamental na região, pois são as culturas lá existentes as formas de relação com a natureza que mantém a área como uma das maiores reservas de biodiversidade relativa do planeta. Concessão de direitos caminha, aí, com a apropriação de saberes. E, a cartografia participativa é um dos elos entre estas duas vertentes do processo.

Os instrumentos tecnológicos de produção cartográfica também vêm sendo objeto de disputa. Os avanços técnicos no campo do geoprocessamento – que são mais fruto da valorização analítica do espaço enquanto chave de leitura da realidade do que fruto do desenvolvimento tecnológico no campo da informática⁵ – vêm permitindo a associação de (i) complexos bancos de dados e informações de distintas naturezas⁶ com (ii) formas de representação da realidade em diversas dimensões espaciais e temporais (do plano ao 3D, do estático à representação intertemporal) e (iii) diferentes formas e graus de interação com o “leitor” (que em diversos casos é, ele próprio, o produtor). A difusão destes instrumentos (que são chamados de “interativos”), como o “Google Maps” e o “Google Earth” coloca em cena novas possibilidades de constituição de visões de mundo, o que reposiciona a educação cartográfica e o ensino/aprendizagem de Geografia. O mundo da educação já vem sendo profundamente impactado por novas tecnologias associadas à informática, as quais vêm ocupando cada vez mais espaço na comunicação e interações sociais, e o campo cartográfico se torna cada vez mais importante nisto – por isso, é objeto de disputa. Ver a própria casa ou rua num mapa, plotar informações sobre o espaço de vivência neste mapa e relacionar tais elementos com o mundo é uma operação de raciocínio espacial, que molda visões de mundo e pode permitir a atores a concentração de informações.

Controlar os instrumentos de produção destes processos cartográficos (“espontâneos”, “interativos” e “participativos”) pode significar a definição de possibilidades e limites a estas operações de raciocínios espaciais – ou seja, um controle social. É neste sentido que vemos grandes corporações, como a Microsoft, McIntosh e a Google investindo pesado em softwares, serviços de mapas on line, convergência entre representações cartográficas, bancos de dados, fotos, computação gráfica, entre outros. Controlar o instrumento é definir a linguagem, o ambiente dialógico – poderíamos dizer

⁵ Castro (1999, 2000) aponta a distinção entre Sistema de Informação Geográfica (sig) e Sintetizador de Ilusões Geográficas (SIG). Debatendo a diferenciação ontológica entre o ente e o ser, ele aponta que entre o sig (pacote ou conjunto de pacotes tecnológicos da informática) e o SIG (substância, forma de representação), há uma dissociação necessária entre, de um lado, o que é a funcionalidade, a estrutura e as aplicações do pacote e, de outro, a dimensão dos impactos filosóficos, éticos e estéticos sobre a produção geográfica da difusão do SIG enquanto Sistema de Informação.

⁶ Strauch, Matoso e Souza (1996) discutem esta inter-relação entre dados e informações de distintas naturezas (“combinações entre dados gráficos e não gráficos georreferenciados em relação a um sistema de coordenadas”) apontando seis tipos de “conflitos” comuns: conflitos entre dados gráficos e não gráficos; conflitos semânticos; conflitos sintáticos ou estruturais; conflitos entre dados gráficos; conflitos contextuais; e conflitos genéricos.

o “meio”, num sentido geográfico, na medida em que as técnicas contemplam sistemas de objetos e também sistemas de ações. Lembremo-nos do importante debate de Milton Santos (2002) sobre a relação entre a “tecnosfera” e a “psicosfera”, para perceber a relação entre o controle da definição dos instrumentos técnicos válidos (ou, considerados superiores) e o controle de racionalidades, irracionalidades e contraracionalidades, enquanto controle e adequações comportamentais.

Se há grandes corporações nesta disputa, também há redes de ativistas, como a MapOMatix, um ambiente colaborativo para a criação e edição de mapas⁷. Desenvolvido e sustentado por ativistas, ele se propõe a ser um espaço onde colaboradores geram e complementam mapas, produzem cartografias que se confrontam, utilizam bases para suas cartografias, dialogam sobre processos, fenômenos e ações através dos mapas gerados na base. É, portanto, uma ferramenta técnica, mas também, uma ferramenta política, no sentido de que se pretende um instrumento para os grupos e também um potencializador de diálogos entre grupos sociais ativistas.

O desenvolvimento do MapOMatix, voltado para dar voz e permitir a comunicação política de grupos desfavorecidos, parte de uma crítica às tecnologias cartográficas que priorizam a precisão locacional (“GPS sense”), que não são capazes de apreender as formas espaciais que estruturam narrativas, sentimentos (como as espacialidades de afetividades, do medo), imaginações geográficas – e estas, ao serem condicionantes de comportamentos humanos individuais e coletivos, bem como de interações entre sujeitos, são cruciais na formação e estruturação da ação coletiva. Aqui vale destacar este cruzamento promovido entre as chamadas “cartografias sentimentais” – através da idéia de “psicogeografia” e a dimensão política e ativista do fazer cartográfico. Com efeito, esta convergência, que é resultado de influência de Deleuze e Guattari⁸ permite uma repolítização de elementos simbólicos, emocionais e subjetivos da experiência espacial humana, através da cartografia. Cartografar a psicosfera se torna, mais do que nunca, um instrumento de lutas políticas.

⁷ O software encontra-se disponível para download em <http://sourceforge.net/projects/mapomatix/>.

⁸ Ver, no Brasil, p. ex., o livro de Guattari & Rolnik (2005), “Cartografias do desejo”.

Notas finais

O olhar sobre a relação entre cartografias e lutas sociais é tarefa crucial, sobretudo para aqueles que têm entre suas premissas o comprometimento com as lutas de grupos socialmente desfavorecidos – esta é a posição que assumimos. Os exemplos que trabalhamos aqui nos evidenciam que este campo é, fundamentalmente, marcado por tensões, disputas e apropriações variadas do que é desenvolvido em campos políticos e tradições dialógicas distintas e antagônicas. A vigilância se torna, portanto, ainda mais importante.

Nos ativemos aqui a experiências práticas, propositamente passando ao largo dos debates acadêmicos que já vêm se delineando na própria cartografia. Nossa intenção foi mostrar os dilemas políticos engendrados, e não trabalhar os embates de concepções sobre cartografias e representações sociais que não caberiam nos limites deste artigo. Neste processo em que atores sociais subalternos começam a criar suas próprias cartografias, com diferentes formas de interação entre seus conhecimentos e saberes tradicionais e os conhecimentos técnicos, as possibilidades e os limites da representação cartográfica vêm sendo questionados, com a busca de novas formas e instrumentos de representação da realidade que comportem também concepções de espaço e de tempo não apreensíveis (ou, sendo mais incisivos, negadas) pela racionalidade tecnicista ocidental subjacente à cartografia tradicional – uma busca não apenas de captar de outras racionalidades mas de deixá-las construir as próprias formas de representação.

O campo do ativismo cartográfico é, portanto, uma importante chave de leitura para compreender a complexidade dos processos que vem provocando tensões na cartografia, a despeito da postura olímpica de indiferença que ainda predomina entre muitos cartógrafos. Apesar de hegemônica, esta postura não é unânime, e acreditamos que cada vez mais cartógrafos, e mais processos de formação e educação cartográfica (envolvendo o ensino de Geografia) atentarão para a relação entre cartografias e lutas sociais, formando para novas possibilidades de raciocínios centrados no espaço.

Bibliografia

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. In: _____ (org.)
Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de
Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.

Avritzer, Leonardo & Santos, Boaventura de Sousa. Para ampliar o cânone democrático.
Eurozine: 2003.

Castro, Murilo Cardoso de. SIG - Sistema de Informação Geográfico ou sig -
sintetizador de ilusões geográficas - Desconstrução de uma forma discursiva.
Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, tese de Doutorado em Geografia, 1999.

_____. “Sistema de Informação Geográfico (SIG) ou sintetizador de ilusões
geográficas (sig) - Desconstrução de uma forma discursiva”. In: Jornal da
AGB-Rio de Janeiro, Ano 2, número 2, julho de 2000.

Correia, Cloude de Souza. “Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico
etnoambiental: representações cartográficas e gestão territorial em terras
indígenas no estado do Acre”. Brasília: UnB, tese de doutorado em
Antropologia Social, 2007.

Debord, Guy. A sociedade do espetáculo. E-books do Brasil, 2003

Guattari, Félix & Rolnik, Sueli. Micropolítica – Cartografias do desejo. 7ª Ed. Ver.
Petrópolis: Vozes 2005.

Hale, Charles. Does multiculturalism menace ? Governance, cultural rights and the
politics of identity in Guatemala. In: Journal of Latin American Studies, 34,
2002.

Lacoste, Yves. A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a Guerra.
Campinas: Ed. Papirus, 1988.

Santos, Milton. A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo:
Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

Monmonier, Mark. How to lie with maps. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

Santos, Renato Emerson . “Cartografagens da Ação e dos Conflitos Sociais: análise
comparativa de observações e representações do espaço-tempo do fazer
político”. Rio de Janeiro: FAPERJ/UERJ, Relatório de pesquisa, 2010.

Strauch, Julia Celia Mercedes; Matoso, Marta Lima de Queirós e Souza, Jano Moreira
de. “Interoperabilidade de bases de dados espaciais heterogêneas e
distribuídas”. I Semana Estadual de Geoprocessamento (I SEGeo-RJ), 1996.